

Editorial / Editorial

Comumente lembrada pela herança de grandes civilizações pré-colombianas, a América Central recebe alguns tímidos holofotes que registram trágicos eventos e põem em evidência aspectos que parecem limitar-se à sua geografia, marcada pelo esplendor vulcânico e pelas recordações de terremotos que forcem dolorosos recomeços, os quais a tradição oral se encarrega de contar. Alguns curiosos, carregados de espanto, chegam a tomar conhecimento de notícias sobre migrações forçadas e outras violências, como conflitos internos, revoluções e truncados julgamentos de alguns poucos genocidas, entre os muitos que marcaram os caminhos de morte das políticas econômicas na região.

Em contrapartida, a superficialidade com que os processos multifacetados e nunca concluídos da construção das nações têm sido abordados, através do olhar de colonizadores históricos e contemporâneos, condena as terras dessa região a serem vilmente reduzidas a meros aglomerados de “repúblicas bananeiras”. Poucos estudiosos se interessam, por exemplo, pela história da República Federal de Centroamérica, cuja existência, embora efêmera (1823 - 1839), despertou esperanças de formar uma federação independente e moderna, enriquecida graças ao comércio internacional que ligaria os oceanos Atlântico e Pacífico. Em seu lugar, ganham forças megaprojetos de engenharia que atualizam propostas já centenárias de utilização da sua condição ístmica, para facilitar as controversas dinâmicas do mercado internacional de *commodities*, viabilizado por projetos hídricos orquestrados pelas potências hegemônicas de turno, no tenebroso e movediço cenário das disputas geopolíticas globais.

Nesse marco, a história sociocultural, política e econômica da América Central, fortemente marcada por violências das mais diversas ordens, se vê constantemente interpelada por inspiradoras trajetórias de resistência, tecidas por uma racionalidade

ancestral. Essa outra racionalidade nos convoca a conceber alternativas de desenvolvimento que questionam não somente as relações de exploração econômica das sociedades capitalistas, como também suas estruturas de dominação e subordinação de corpos, saberes e territórios, pautadas por espúrias alianças entre elites locais e insaciáveis interesses de corporações transnacionais.

Com o objetivo de se contrapor ao sistemático esquecimento que a região ístmica tem padecido, aos olhos inclusive de estudiosos(as) latino-americanos(as), o *Observatório das Nacionalidades*, em uma iniciativa de colaboração com a rede-plataforma de centro-americanos(as) e centro-americanistas *O Istmo* dedica este número especial de *Tensões Mundiais* à memória viva e latente dos povos da América Central.

O presente dossiê, convocado através da chamada “América Central: territórios, conflitos e resistências”, conta com um significativo número de artigos fundamentados na teoria social e na história, abordando algumas das temáticas mais relevantes para a trajetória recente daquela localidade. Nele, demos especial destaque aos conflitos que se agudizam no cenário de imposição de empreendimentos relacionados à produção de energia e a outras obras de infraestrutura associadas ao avanço do extrativismo na região. Os referidos conflitos desencadearam uma série de problemáticas de ordem político-social e econômica, tais como os desaparecimentos forçados, os despojos, as expropriações de terras de povos tradicionais, as sistemáticas agressões e perseguições a lideranças comunitárias e defensores dos direitos humanos, os feminicídios e os processos migratórios que caracterizam o cenário centro-americano de crise institucional, socioeconômica e política, agravado pela atuação violenta de grupos paramilitares, do crime organizado, ou ainda, de desumanas polícias migratórias.

Nesse cenário, emergem processos de resistência articulados por diferentes setores das sociedades centro-americanas, destacando-se os movimentos indígenas e camponeses, bem como a ação política e intelectual das mulheres indígenas, entre outras organizações vinculadas a organismos de defesa dos direitos humanos. São esses alguns dos sujeitos coletivos que denunciam permanentemente a existência de territórios e povos

sistematicamente violentados por grandes corporações e grupos de interesse que atuam em âmbito nacional e internacional. Frente ao avanço do neoliberalismo e do extrativismo em larga escala em nível global, consideramos, portanto, que as trajetórias de luta e os caminhos de resistência realizados nas mais diversas geografias da região centro-americana são de especial interesse para acadêmicos(as) e lideranças populares de toda a América Latina.

Nesse sentido, com o objetivo de dar maior visibilidade às problemáticas, aos desafios e às identidades sócio-culturais que caracterizam a região centro-americana, este número especial da revista *Tensões Mundiais* reúne um conjunto de reflexões que contribuem para uma maior aproximação entre investigadores(as), curiosos(as) leitores(as) e produções acadêmicas e literárias de centro-americanos(as) e centro-americanistas.

Iniciamos, assim, com as reflexões de William I. Robinson, que anuncia a emergência de um cenário propício para o que o autor chama de uma segunda implosão da América Central – a qual, inclusive, lhe inspira o título de seu artigo. Sob a ótica do pesquisador, lutas de massas e repressão estatal se apresentam como elementos-chave no desmoronamento dos frágeis sistemas políticos centro-americanos, marcados pela corrupção e pelo narcotráfico, bem como pelas desapropriações e pelas migrações forçadas de milhões de trabalhadores e camponeses, que resultam de um novo ciclo de desenvolvimento que o capitalismo global tem trazido à tona na região.

Em “Notas teóricas sobre subalternidade e identidade regional da América Central”, Aleksander Aguilar Antunes, fundador e pesquisador da rede-plataforma O Istmo, faz algumas instigantes provocações sobre o lugar da região na relação centro-periferia e destaca a imprescindível relevância da sua condição geopolítica na consolidação de geografias hegemônicas que impõem marcas de subalternidade à identidade regional centro-americana.

No artigo “O Popol Wuj na contemporânea luta indígena mesoamericana”, Lia Pinheiro Barbosa, pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), traz à tona uma das principais obras que compõe a antologia da historiografia colonial e da literatura maia escrita no século XVI. Como

nos ensina a pesquisadora, o *Popol Wuj* significa a expressão do pensamento, da capacidade literária e astronômica, do desenvolvimento científico e da organização da vida social, espiritual e política dos povos maias. Em seu escrito, a autora destaca que o *Popol Wuj* é uma matriz cultural e teórico-epistêmica central para a compreensão da histórica ação política dos povos maias, não só na América Central, mas na região mesoamericana. Nessa direção, ela apresenta exemplos do legado histórico, estético e político do *Popol Wuj* nas coetâneas lutas indígenas mesoamericanas, em particular, na Guatemala e no México.

Fruto da contradição histórica das relações coloniais e do desenvolvimento do capitalismo, a região centro-americana pulsa uma resistência milenar, especialmente aquela articulada pelos povos maias e que incide na luta revolucionária da Guatemala, conforme nos apresenta o pesquisador Edgar Arturo Esquit Choy, do Instituto Interétnicos da Universidad de San Carlos de Guatemala. Em seu artigo "*Los mayas en la Revolución de 1994 en Guatemala*", ele argumenta que as transformações políticas e econômicas introduzidas pela Revolução de 1944 na Guatemala afetaram mutuamente o governo revolucionário e as comunidades maias. Dessa forma, o encontro entre ambos com o intuito de abrir um espaço político de autodeterminação foi um momento que tornou possível a luta, mas também reproduziu estilos coloniais de dominação sobre os próprios maias.

Adentrando nos desafios contemporâneos da região centro-americana, o artigo "*Una lectura decolonial del racismo en Guatemala*", de Luis Fernando Gonzales Lopez, apresenta algumas expressões do racismo que denotam os vestígios coloniais na sociedade guatemalteca. Sob o prisma da teoria decolonial, o autor se atém à análise de conteúdo de imagens de material gráfico, que geraram discussões em torno da marginalização dos povos indígenas.

Destacando os conflitos e as resistências sócio-ambientais e sócio-territoriais que também configuram o cenário político contemporâneo da América Central, no artigo "*Tramas de las resistencias socioterritoriales en Guatemala*", Mariana López de la Vega, pesquisadora do Centro de Investigaciones sobre América Latina y

el Caribe da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), tece um panorama em torno ao conflito social na Guatemala, centrado na desapropriação territorial. Com a leitura de seu texto, ela nos mostra algumas tramas da organização e da resistência das comunidades, dos povos indígenas e dos coletivos de mulheres, bem como a relação que estabelecem entre as comunidades e o Estado. A autora destaca as dificuldades, os desafios e as apostas políticas das coletividades na defesa de seu território.

No artigo *“El desarrollo de la explotación y los caminos de la resistencia en Guatemala”*, Ana Clarice Mendonça Oliveira, também pesquisadora da rede-plataforma O Istmo e vinculada ao CLACSO, analisa como a expansão do modelo de desenvolvimento neoliberal redesenhou práticas de acumulação por desapropriação, aprofundando a instrumentalização dos aparelhos estatais em benefício dos setores extrativistas, com renovados mecanismos discursivos ligados a práticas de subordinação e exploração dos povos e de seus bens naturais. No enfrentamento desse modelo de desenvolvimento territorial, a autora destaca iniciativas de auto-gestão que combinam práticas inovadoras e caminhos ancestrais de resistência, referindo-se à vida comunitária e à espiritualidade dos povos originários.

Dando continuidade à abordagem dos conflitos socioambientais, Alberto Gutiérrez Arguedas, no artigo *“Conflictos socioambientais na Costa Rica contemporânea”*, analisa o cenário atual de conflitos e lutas socioambientais nesse país, relacionados ao controle, à apropriação e à gestão dos bens/recursos naturais e dos territórios onde estes se localizam. O autor classifica os conflitos em torno de sete eixos de conflitividade e aprofunda o estudo do eixo que corresponde às lutas comunitárias contra barragens hidrelétricas e em defesa dos rios, fenômeno que ganhou maior visibilidade e protagonismo a partir da década de 1990. O artigo procura relacionar a especificidade da realidade costarriquenha com as características gerais desses processos na América Latina.

O último bloco de artigos do nosso dossiê temático versa sobre os percalços do desafio revolucionário centro-americano, analisados através dos casos de El Salvador e Nicarágua. No artigo *“La PNC de El Salvador durante los gobiernos del FMLN”*, Edgar Baltazar

Landeros argumenta que os Acordos de Paz de 1992 estabeleceram um novo quadro institucional para El Salvador, incluindo uma nova força policial, a saber, a Polícia Nacional Civil (PNC). A PNC nasceu com os parâmetros da doxa neoliberal sobre o policiamento democrático e o autor argumenta que, durante todo o período do pós-guerra e nos governos da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), entre 2009 e 2019, a PNC não cumpriu os parâmetros democráticos e não conseguiu melhorar seu desenvolvimento institucional, mantendo uma guerra contra as gangues como uma agenda monotemática.

Em *“Crisis política en Nicaragua: un análisis para su comprensión”*, de Paula Daniela Fernández e Fernando Romero Wilmer, os autores abordam o que consideram os antecedentes mais imediatos que geraram a crise política na Nicarágua, iniciada em abril de 2018, com ênfase em três referências: o projeto do canal interoceânico, o incêndio na Reserva Índio Maíz e a intensificação do conflito social. Para os autores, esses problemas estão inseridos em uma dialética da dinâmica do capital e da expansão do modelo neoextrativista na América Latina e no Caribe.

Já no último artigo desse dossiê, *“La otra Nicaragua: imperio y territorios de resistencia”*, Yorlis Gabriela Luna argumenta que há opiniões polarizadas acerca do conflito político nicaraguense, com ênfase no recorte temporal de abril a julho de 2018. Segundo a autora, há uma versão hegemônica difundida pela mídia internacional, que aborda o conflito como uma “ditadura louca assassinando manifestantes pacíficos”, e outra abordagem oriunda da base popular, que problematiza essa versão difundida pela mídia hegemônica. Nessa direção, a autora se propõe a apresentar outras experiências e indignações que emergem a partir da categoria “golpe suave”, destacando a capacidade de resistência dos setores populares em sua história anti-imperialista.

Ao propormos a organização de um dossiê temático sobre a América Central, tínhamos por objetivo fortalecer diálogos e criar vias de interlocução com sujeitos que vivenciam e constroem referenciais teóricos para análise de uma região que muito tem a ensinar acerca da histórica resistência dos povos originários, assim como de seu pensamento filosófico e político, das lutas

revolucionárias e dos desafios do presente para o campo democrático popular. Além disso, essas análises contribuem para a compreensão das relações dialéticas que imprimem uma condição de subalternidade e exploração à qual são sistematicamente submetidos os povos dessa região, imersos no crescente padrão de acumulação capitalista, expresso em profundas ingerências institucionais, megaoperações financeiras e empreendimentos transnacionais. Nessa direção, o título da chamada pública de artigos a compor essa edição temática visou a instigar novas reflexões sobre a histórica luta dos povos centro-americanos, em diálogo permanente com as trajetórias de lutas sul-americanas e caribenhãs, frente às atrocidades dos mecanismos de despojo territorial, dos processos migratórios e das políticas intervencionistas, mas, sobretudo, responsáveis pela construção de vias de emancipação dos povos da nossa América Latina.

Com a expectativa de haver cumprido nosso propósito e a vontade de seguir avançando com os diálogos e as reflexões que enriquecem este esforço editorial, agradecemos a todos(as) que contribuíram com esta construção coletiva e lhes desejamos uma excelente leitura!

Os editores.